

Brandes quer empresas agindo na área social 12

O gigantismo da estrutura pública brasileira já está no topo e aparenta ser bem maior de que as necessidades. A afirmação é de Francisco Pinheiro Brandes, candidato a deputado federal, que disse, também, ser esta uma situação perigosa para que de fato se proceda um efetivo desenvolvimento e fortalecimento do setor privado, na medida em que é cada vez maior a interferência da burocrática e ineficiente máquina estatal na maioria dos setores de nossa economia.

Segundo o candidato, no capitalismo moderno é evidente que o Governo não pode e nunca deve ser posto à margem da atividade econômica, mas dela deve participar, no entanto, mantendo uma certa distância. Isso porque, afirma, o Governo deve reservar o melhor da sua força, do seu poder e de sua competência apenas na mobilização de investimentos em setores específicos da área social que não podem, pela própria natureza, dar a devida resposta econômica aos recursos que absorve.

Francisco Brandes defende, por isso, a posição de que as empresas podem passar a ser, em alguns setores, as executoras de algumas políticas sociais que infelizmente continuam sendo conduzidas de forma ineficaz pelo Estado. Ele acredita que mudanças desta ordem poderão, certamente, fazer com que os escassos recursos de que se dispõem para investimentos sociais sejam efetivamente melhor utilizados.

Para Brandes, o desenvolvimento econômico significa sobretudo maior trabalho através de menores gastos, ou ainda, maior produção e maior poupança para que invista aquilo que não se utilizou para consumo. A decisão de investir pode ser tomada pelo Estado ou pelo mercado e ele considera que este tem tido uma participação excessivamente grande nesta decisão, chamando a atenção, também, para o fato de que esse procedimento não conduz ao verdadeiro desenvolvimento, pois se a decisão de investimento é mal feita, não se atende nunca às reais necessidades.

Brandes sustenta que o despropósito da existência do gigantismo na administração pública pode ser cla-



Brandes: menores gastos

ramente constatado a partir do instante em que se analisa a função maior do Estado é a de garantir com eficiência ao consumidor a não existência de privilégios e monopólios, fazendo com que se produza aquilo que de fato o consumidor precisa.

"A iniciativa privada tem que se dividir entre os que querem correr os riscos de mercado e os que querem suas relações de apoio do estado, para que deixe de ser vista como cúmplice da estatização exagerada" — advertiu.

Ressalta ainda, que a grande intervenção do Estado na sociedade moderna não está na estatização conforme alguns segmentos políticos costumam defender. A estatização também, diz o candidato, não é na realidade, a apropriação pelo Estado de certas fontes da produção, mas isto sim a participação na resolução dos problemas sociais, de forma profunda.